



DAPIBGE

www.dapibge.blogspot.com

Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE

DAPIBGE NOS 80 ANOS DO IBGE

Um histórico de lutas

Nas primeiras décadas do século passado, os censos demográficos mostraram-se insuficientes para o aprofundamento das reais necessidades do Brasil. As dimensões e o crescimento do País exigiam urgência e maior detalhamento na obtenção de informações geográficas e estatísticas que atendessem a um planejamento de integração nacional.

Assim foi criado o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, reunindo o Conselho Nacional de Geografia, o Instituto Nacional de Estatística e o Serviço Nacional de Recenseamento.

Desde então, ao longo do tempo, graças ao seu corpo de funcionários foi sendo moldado o mais



genuíno DNA de nossa Instituição. Consolidando esse DNA, sempre a dedicação integral dos Ibgueanos. Não foram poucas as vezes em que muitos deles se reuniram, buscando manter essa chama sempre acesa, independentemente de qualquer

risco, quer pessoal, quer profissional.

A Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas do IBGE - DAPIBGE ou simplesmente DAP, teve o privilégio de ter como diretores vários protagonistas desta verdadeira epopéia, alguns, infelizmente, já falecidos, dentre outros: Aldo Martins Lobato, Arnaldo Moniz Ribeiro da Costa, Danilo da Silveira Dutra, Francisco Nunes Ferreira, José Cezar Magalhães Filho, Lourdes Manhães de Mattos Strauch, Luiz Carlos Didier do Rego Maciel, Paulo Augusto de Alencar, Roldolpho Pinto Barbosa, Zenith Mendes Portella. Esta trajetória com toda razão, enche de orgulho cada um de nossos corações, em todos os recantos desse imenso País.

Apresentamos abaixo, década a década, um resumo da história do surgimento do DAPIBGE, desde já reconhecendo o esforço de todos os que de alguma forma colaboraram nesse percurso, contribuindo para o sucesso das nossas conquistas.



1936 - 1946: A década da integração interna

Criação do Clube dos Ibeanos

Com sede na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, o IBGE era composto de servidores provenientes de vários órgãos de diferentes origens e formações. O desafio naquele momento era a transformação da Instituição em um só corpo e um só espírito. Havia, porém, barreiras, quase impossíveis de serem vencidas: a precariedade dos meios de transporte e das comunicações, bem como as enormes distâncias das áreas de atuação. Do ponto de vista pessoal, havia disputas internas envolvendo funcionários os quais, vindos de vários órgãos, ainda não se identificavam como pertencendo todos à mesma Casa.

Nessas circunstâncias era fundamental haver um espaço que reduzisse o atrito e propiciasse o convívio entre as pessoas. O Clube dos Ibeanos surgiu da iniciativa de um grupo de servidores e tinha por objetivo contribuir para a superação desses conflitos. Essa iniciativa construiu o elo da cadeia do DNA da Associação, preservado até hoje. Através da convivência cordial os associados atingiram um novo patamar: do lema



“Somos todos IBGE”, passaram a vivenciar “Fomos todos IBGE”.

Organizando atividades sociais e esportivas, essa iniciativa logo teve o reconhecimento da Direção da Instituição, que cedeu um espaço para instalação da nossa sede social e recreativa. Os eventos funcionavam não só como fio condutor da integração institucional, mas também facilitava as relações interpessoais, dando ensejo à formação de várias famílias genuinamente ibeanas. •

1946 - 1956: O despertar dos direitos

A primeira conquista dos servidores

O Brasil vivia a experiência de uma nova Constituição promulgada em 1946. Apesar desse novo momento, os servidores do SNR não possuíam nenhuma proteção, nem mesmo da recém-criada Constituição, nem do Estatuto do Servidor Público ou da legislação regular de amparo aos trabalhadores. Nessa ocasião, no IBGE foram criadas áreas e carreiras que, sem critérios convincentes, premiaram apenas poucas pessoas pelo seu “notório saber”.

Pesquisando sobre as relações de trabalho irregulares, verificou-se que no IBGE havia trabalhadores sem nenhum amparo legal, mesmo os que tinham mais de cinco anos de atividade e em outras áreas remuneradas do Governo Federal. Contratar um advogado era então muito difícil. Exigia disponibilidade financeira para arcar com as custas e os honorários do profissional. Apesar de tudo isso, o Dr. Sobral Pinto identificou-se com



os interesses dos trabalhadores, e aceitou a causa por um preço acessível.

A ação reuniu cerca de noventa e cinco funcionários e foi ganha em 1ª Instância, em magistral sentença do Juiz Cauly de Sá Peixoto. No Supremo Tribunal Federal, com o relatório do Ministro Nelson Hungria, a conquista foi selada na 3ª instância, com o resultado de quatro a um. •

1956 - 1966: A primeiro posicionamento político

Clube dos Ibeanos frente ao golpe militar

Por ocasião do golpe militar, a manifestação de solidariedade do Presidente do Clube dos Ibeanos ao então Presidente João Goulart, teve consequências para a associação. A carta dirigida ao Presidente da República, aprovada em plenário, hipotecava irrestrito apoio e incondicional solidariedade ao legítimo Presidente eleito, contra o insólito golpe militar que violentava a dignidade, a liberdade, e a vontade do povo brasileiro. Embora ninguém tenha sido preso, o Clube ficou sob intervenção. No IBGE, houve a infiltração dos órgãos de segurança por um longo período de 21 anos, durante a vigência do regime militar. •

1966 - 1976: Grandes mudanças na estrutura organizacional do IBGE

Reflexos da intervenção no período militar

Com a intervenção no Clube dos Ibeanos e o monitoramento diário dos órgãos de segurança, a mobilidade dos servidores ficou mais restrita. Havia um quadro de desconfiança que começava a se alastrar por todos os cantos. Ninguém queria se arriscar afinal o IBGE tinha sido considerado um reduto do comunismo.

Uma vez estabilizado o regime, seus líderes perceberam a complexidade do que deveriam enfrentar para consecução de seus objetivos. Com a proposta do Governo de “Integrar para não entregar!” o IBGE passou a ser o centro de uma estrutura que buscava recuperar o que se chamava de décadas de atraso. Neste período o governo brasileiro assinou um contrato com o governo americano. O Órgão recebeu investimentos financeiros, em equipamentos e em pessoal especializado. Dada a grandiosidade do projeto, o regime de trabalho foi modifica-



do. Criou-se a Fundação IBGE com servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, portanto, sem o teto de salário imposto aos servidores estatutários.

De 1970 a meados de 1974, ocorre a enorme adesão dos funcionários ao plano CLT.

Acreditando nas vantagens dessa opção, um grande número de servidores migrou para o re-

gime celetista. A maioria dos que aderiu passou a receber um abono permanência significativo. Os demais ou foram transferidos para outros órgãos Federais ou permaneceram no IBGE. Este pequeno contingente que permaneceu na Casa sem optar ao novo Regime ficou subordinado a um Quadro de Pessoal em Extinção. As perdas e os prejuízos salariais foram tão elevados que alguns acreditavam tratar-se na verdade de um órgão de extinção de pessoal.

Em meados da década de 70, a aposentadoria pelo INSS correspondia à média dos vencimentos dos últimos 36 meses, num momento de elevada inflação e com a aplicação da correção monetária. Para compensar essa desvalorização absurda dos proventos e complementar a aposentadoria do INSS, em maio de 1979, cria-se a Sociedade Ibeana de Assistência e Seguridade - SIAS a dada da década. •

1976 - 1986: Vitórias mesmo em desvantagens

DAP x SIAS

Acreditando ser uma boa opção, a partir de 1983, alguns servidores aposentaram-se, pois naquela ocasião as reduções salariais eram pequenas. A complementação da SIAS em geral era mais elevada do que a do INSS.

Nessa época, com a realização do Censo de 80 houve um crescimento exponencial do quadro de pessoal do IBGE. Com essa renovação os servidores se reorganizaram. Surgia então um movimento chamado “Revirada”, embrião da ASSIBGE. Inicialmente, em função dos impedimentos legais da época, esta entidade foi criada como associação. Estes empecilhos seriam afastados apenas com a constituição de 1988.

Em 1985 e 1986, o governo apresentou uma proposta irrecusável: o pagamento por seis meses de salários acumulados com o provento da aposentadoria. Algumas centenas de colegas aderiram a esse plano que, muito rápido chegaria a amargura: - A legislação reduziu o máxi-

mo dos proventos da previdência, de vinte para dez salários mínimos.

Os assistidos da SIAS não se conformaram com o baixo valor da complementação. Para defender seus interesses, reuniram-se e movimentaram-se. O resultado dessa mobilização foi a criação do DAP (Departamento dos Aposentados e Pensionistas), legítimo embrião da atual Associação Nacional dos Aposentados e Pensionistas do IBGE - DAPIBGE.

O Conselho de Administração da SIAS era nomeado pelo IBGE, a ASSIBGE tinha somente um representante, e os assistidos apenas um observador, sem direito a voto. Apesar do embate desproporcional, pela excelência daquele observador foram conseguidas vitórias. Dentre elas destacam-se o aumento do valor mínimo da pensão (que era muito baixo para os aposentados de nível médio e auxiliares) e o direito de realizar reuniões nas dependências da SIAS. •

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os membros da Diretoria do DAPIBGE: Antonio José de Castro, Aurélia Lopes da Silva, Benedito Sérgio de Almeida Alves, Carlos Henrique Borba, Carmen Zagari Machado, Dulce Maria Alcides Pinto, Edna Mascarenhas de Sant’Ana, Fernanda dos Santos Marques, Geraldo Magela Campos de Morcerf, Irene Liberata Nogueira, Joaci Rangel do Nascimento, Jose Luiz Sor, Luiz Roberto Passos, Manoel Antonio Soares da Cunha, Maria de Fátima de Paiva e Matos, Maria Guilhermina Esteves, Milton dos Santos e Raimunda dos Santos Vianna, pelo encerramento de seu quadriênio a frente da Instituição, e no cumprimento do Estatuto, convoca os associados para a eleição dos Conselhos Diretor e Fiscal, a realizar-se no dia 27 de outubro 2016, em sua sede própria, sito à Avenida Rio Branco 257, Salas 605 a 609.

As chapas deverão ser inscritas junto à Comissão Eleitoral, até o dia 27 de setembro de 2016.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2016

Benedito Sérgio de Almeida Alves
Presidente do Conselho Diretor

1986 - 1996: A união em defesa dos servidores

Posicionamento frente ao Regime Jurídico Único

Com a implantação do Regime Jurídico Único - RJU, vieram as determinações normativas do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE. A aplicação das orientações do MARE, feita de forma equivocada restringiu e negou direitos dos servidores como um todo. Passou haver, então, uma grande diferença salarial entre os aposentados pelo RJU, os assistidos pela SIAS e os aposentados do INSS.

Naquela ocasião, um grupo de aposentados começou a frequentar as reuniões do DAP interessados em estudar a forma correta de incluir nessas orientações, as vantagens que a categoria fazia jus. Para fortalecer a luta por esses direitos, o DAP se aproximou da ASSIBGE, passando a pertencer ao seu quadro como Departamento de Aposentados e Pensionistas. Inicialmente o pequeno grupo levou meses discutindo com a Coordenação de Recursos Humanos - CRH do IBGE, a correta aplicação de vários artigos do RJU. No período em que ficaram sujeitos ao Regime da Previdência Oficial, de 1967 até 1990, a situação de aposentados e pensionistas tornou-se muito precária. As pensionistas não recebiam pensão integral, mas apenas de 50% do valor da pensão. (Atualmente no regime SIAS elas percebem 60% do benefício oficial do instituidor da pensão).

Com a promulgação da Constituição de 1988, oficializou-se o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Instituições e Fundações Públicas Federais de Pesquisas Estatísticas e Geográficas - SINPEG. Com essa alteração, os servidores passaram a ter duas representações distintas. Em 1992 realizou-se o Congresso da

Unificação, surgindo então a ASSIBGE - Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Pesquisas Estatísticas e Geográficas, reunindo as duas instituições oficiais, o SINPEG e a ASSIBGE, com o DAP constituindo o seu Departamento de Aposentados e Pensionistas, com autonomia para desenvolvimento de seus programas e garantia de representação nos Fóruns da Entidade.

Mesmo com a unificação, em várias oportunidades, os aposentados e pensionistas ficaram de fora das promoções. Somente após dois anos a omissão da ASSIBGE foi corrigida. Em outra ocasião, os ganhos foram desiguais. Alguns, através de ações judiciais, conseguiram incorporar as promoções e receberam os atrasados, outros incorporaram, mas não receberam os atrasados, alguns processos foram extintos e os que perderam a ação tiveram que pagar a taxa de sucumbência.

Ainda com relação ao RJU, o DAP continuou defendendo os direitos dos aposentados junto a CRH, no sentido de corrigir a aposentadoria por invalidez, e de obter isenção do Imposto de Renda para os que adquiriram as enfermidades previstas em Lei após a aposentadoria.

Para recuperar as perdas salariais o DAP também defendeu outras questões contra a SIAS. Foi cobrado o cumprimento determinado pela Constituição Federal de 1988: a correção das aposentadorias tendo como referência o número de salários mínimos equivalentes aos proventos na data da concessão. Somente após longa discussão, a SIAS acordou acertar os valores, mas sem o pagamento de atrasados.

Ao longo do tempo, em algumas ocasiões a SIAS usou índices inadequados para corrigir os pagamentos de assistidos e pensionistas. A defasagem chegou a 34% dos vencimentos. O DAP contratou um escritório de advocacia e, alertados, surgiram associados interessados na ação. Lamentavelmente, a adesão dos aposentados foi pequena. A causa foi ganha e todos os que aderiram receberam atrasados com correção dos benefícios. •

2006 - 2016: A consolidação do DAP e suas vitórias

Estratégias frente ao Plano de Carreira do IBGE

A ASSIBGE queria permanecer na área de C&T, o DAP preferia um plano próprio. Discutindo com o IBGE, o DAP apoiou o projeto da direção, mas esta proposta era falha quanto a GDIBGE: discriminava aposentados e pensionistas. Para superar questões jurídicas, o DAP entrou com várias ações individuais. Não teve êxito quanto ao recebimento do período agosto 2006 / dezembro 2008. O DAP entrou também com ações individuais para correção dos anuênios, com algum sucesso. Ainda não se tem definição para a maioria das ações.

Outra conquista foi o aumento da Gratificação de Desempenho - GDIBGE. Uma nova redação, editada pelo governo em janeiro de 2009, alterou a referência do seu valor. A GDIBGE antes em percentual, passou a ser em pontos. Os ativos receberiam 80 pontos institucionais, mais 20 pontos individuais, totali-

zando 100 pontos; os aposentados e pensionistas apenas 50 pontos. O DAP entrou na Justiça, reivindicando para a categoria os 80 pontos da Instituição mais os 10 pontos referentes a 50% do valor percebido pelos ativos, alcançando o total de 90 pontos.

Vitória, a ação Transitou em Julgado em agosto de 2011. Em dezembro de 2015, começou a execução da ação de incorporação dos 40 pontos da GDIBGE para os aposentados e pensionistas do DAP. A ação de incorporação foi desmembrada da cobrança dos atrasados, esta última ainda em curso.

Todos os aposentados e pensionistas do IBGE, mesmo os não associados receberam correspondência sobre essa ação. Graças a ajuda inestimável do CRH do IBGE, o DAP conquistou a Incorporação para quase sete mil aposentados e pensionistas.

1996-2006: Criação do DAPIBGE

Rompimento com a ASSIBGE



Seguiram-se anos de grande crescimento para o Sindicato. Com a participação do DAP houve a filiação incessante dos aposentados e pensionistas à nova entidade. O DAP possuía autonomia e independência com a ASSIBGE, divulgando boletins e realizando assembleias bimestrais. Tinha também representação garantida nos Fóruns da entidade. Mas, com o passar dos anos, a disputa política começou a desmoronar toda essa estrutura numa luta fratricida entre duas correntes distintas de ativos que atuavam no Sindicato: o "Avançar na Luta" oriunda da ASSIBGE e o "Sindicato é pra Lutar" do SINPEG. Esta situação iniciou-se com o Sindicato criando problemas nos boletins e interferindo nas assembleias dos aposentados. Através de uma reforma nos seus Estatutos, o Sindicato "legalizou" a exclusão do DAP dos seus Fóruns. Por fim, foi exigida nossa saída do local utilizado pelos aposentados.

Após avaliar a situação, a diretoria do DAP concluiu ser o momento de desvincular-se do Sindicato. Contando com o apoio dos Núcleos Chile e Sede, com a adesão de aposentados, pensionistas e alguns servidores ativos mais próximos, os aposentados do DAP decidiram criar o Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas do IBGE - DAPIBGE, ou simplesmente DAP. Inicialmente ocuparam uma sala na Av. Treze de Maio, cedida graciosamente por um amigo da diretoria e mais adiante assumida pelo DAP. Ainda nesse período, outras conquistas aconteceram. A vitória sobre o não desconto do PSS de aposentados e pensionistas trouxe novamente o foco para o DAP. Mais tarde foi derrubada no Supremo de forma covarde, mas não houve devolução. Com o sucesso no recebimento do 3,17% de uma só vez e as propostas concretas de luta, a participação dos associados aumentou, tornando o espaço da Treze de Maio obsoleto. O DAP então alugou as salas 210 e 211 na Av. Rio Branco 257. A possibilidade de realização das assembleias trouxe mais visibilidade e a consequente ampliação do quadro de associados. O crescimento progressivo do número de associados apontou para a necessidade de uma sede própria. Após o sucesso de uma campanha de doação voluntária, o DAP adquiriu as salas 608, 608A e 609 do mesmo edifício, acrescidas, mais tarde, pelas salas 605, a 607. •

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO IBGE

Av. Rio Branco, 257 - salas 605 a 609 - Centro - RJ | Telefones: 2210.1877 - 3681.2550 - 2215.2970 (fax) | Site: www.dapibge.org.br | e-mail: dapibge@dapibge.org.br | Blog: www.dapibge.blogspot.com | Presidente: Benedito Sérgio | Vice-presidente: Manoel Antônio e Irene Liberata | Administração: Maria de Fátima | Assistência: Maria Guilhermina | Divulgação: Carmen Zagari | Designer: Veronica Motta | Distribuição gratuita para os servidores do IBGE